

Sete lições sobre as interpretações do Brasil

Bernardo Ricupero (org.)

São Paulo: Alameda, 2007

A partir da década de 1990 intensificou-se a inserção no currículo de inúmeros cursos de economia e demais ciências sociais de disciplina sobre os “intérpretes” do Brasil. Por este nome, designam-se autores que procuraram formular visões estruturantes e cosmológicas sobre a formação histórico-social brasileira, em busca de seus traços definidores, de suas peculiaridades e de seus percalços. Quase todos eles, a partir de sua interpretação, propuseram alternativas. O dilema “quem sou, de onde venho e para onde vou” parece sintetizar o que esses intelectuais buscavam responder, embora não tendo por objeto a existência humana, como no humanismo greco, mas a nação.

Justamente essa palavra — nação — é o vocábulo apropriado para expressar o foco da preocupação intelectual dos *intérpretes*. Quase todos do século XX, trabalharam com o afã de entender o sentido e a gênese da nacionalidade e procuraram decifrar a existência de uma identidade nacional, conquanto não deixassem de visualizar um Brasil fragmentado, marcado por disparidades regionais e parca integração econômica, social e cultural.

O autor do livro em pauta, Bernardo Ricupero, tem formação em Ciência Política e é professor da USP. As “sete lições” começam com uma discussão sobre a existência de um pensamento político brasileiro, a qual serve de prelúdio

à análise de seis autores que serão analisados. A cada um destes foi dedicado um capítulo e selecionou-se uma obra “fundamental” a ser enfocada. Estas são: *Populações meridionais do Brasil* (Oliveira Vianna), *Casa-grande & senzala* (Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (Caio Prado Jr.), *Os donos do poder* (Raymundo Faoro) e *A revolução burguesa no Brasil* (Florestan Fernandes).

Há uma estrutura básica seguida em todos os capítulos, a qual sem dúvida organiza a exposição e facilita o leitor. Esta compõe-se de: (a) uma introdução, com os principais dados biográficos do autor e a contextualização de sua obra; (b) a exposição sucinta das principais teses do livro selecionado; (c) sob o título “interpretação”, comentam-se as principais contribuições do autor, geralmente com recorrência a outros autores que o analisaram, e inclusive, em alguns casos, apontando as objeções de críticos; e (d) finalmente, sugerem-se alguns trabalhos que podem auxiliar o leitor interessado a aprofundar seu estudo sobre os temas abordados.

Para um texto cuja redação reserva em média cerca de 25 páginas a cada capítulo, não resta dúvida de que se tratou de empreitada difícil, cuja concisão impôs mais a apresentação sintética das

principais idéias dos autores do que sua análise em profundidade.

Como resultado, tem-se sobretudo de um livro didático, em linguagem acessível, apto a servir de texto de apoio a estudantes. Particularmente aos da área de economia, é notável a ausência de Celso Furtado, autor obrigatório em todos os cursos sobre intérpretes do Brasil (e que se poderia também incluir Ignácio Rangel). Lacuna difícil de ser preenchida, mesmo em se tendo presente a opção do autor pelas interpretações “políticas”, uma vez que Furtado não só foi o maior representante do estruturalismo cepalino no Brasil, como seu mais original e profícuo teórico do subdesenvolvimento — categoria teórico-histórica que ajudou a firmar, em substituição ao que a maioria dos intérpretes, até ele, denominava genericamente de “atraso” do país. E é justamente este o objeto que, a rigor, se queria entender e superar, fenômeno em que a indissociabilidade entre política e economia parece inquestionável.

Ademais, penso se deva ter presente que as obras da maioria dos “intérpretes” foram elaboradas no período do processo de substituição de importações, tema central de autores como Furtado e Rangel. E, como se sabe, os intérpretes não só interpretavam, no sentido contemplativo, mas de suas construções intelectuais decorriam propostas e alternativas. Como assevera Bolívar Lamounier, citado no livro (p. 22), a cada balanço histórico do país seguia-se um programa

político de como encaminhar soluções para seus problemas. Pretensão que tinha tudo a ver com o projeto de industrialização e indubitavelmente fruto do ambiente intelectual em que dominavam as idéias desenvolvimentistas e, como corolário destas, o desejo e a necessidade de se encontrarem novos caminhos para o país, em superação a um passado pesado, mas que via de regra entendia-se passível de transformação.

O ocaso do desenvolvimentismo parece ter encerrado a era das grandes interpretações, as quais supunham, conscientemente ou não, a convicção de que havia uma nação a ser construída, assentada na crença segundo a qual o futuro estava nas mãos e ao alcance das decisões tomadas naquele momento. A pós-modernidade enterrou este otimismo e estas pretensões, bem como manifestou sua ojeriza a construções intelectuais globalizantes.

Em compensação, os intérpretes tornaram-se objeto de estudo. Na maioria dos cursos, é um dos poucos momentos da formação curricular em que se lê e se discute o Brasil. Como se vê, a academia, assim como Antígona, deve ter suas razões, embora estas muitas vezes desafiem o entendimento dos coevos. Por auxiliar neste estudo, o livro de Ricupero deve ser saudado.

Pedro Cezar Dutra Fonseca
Professor Titular do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS); Pesquisador do CNPq